

Proteção social não contributiva sob a perspectiva da infância e da equidade: Djibouti¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

O Djibouti é um país de pequenas dimensões, localizado no Chifre da África, que faz fronteiras com Eritreia, Etiópia e Somália. Uma das nações mais pobres da região, o Djibouti é classificado como um país de rendimento médio-baixo, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,473 e com ranque de 172º entre 188 países. Em 2016, o Djibouti tinha uma população de 942.000 pessoas, com 345.000 menores de 18 anos e 102.000 crianças de 0 a 5 anos. Os níveis de pobreza são altos, com 41 por cento da população vivendo abaixo da linha nacional da pobreza, de DJF 147.936, e 23 por cento sobrevivendo com uma renda abaixo da linha da extrema pobreza, de DJF 98.709 em 2013 (calculada em termos de consumo em uma base anual). Por anos, o Djibouti tem sido um importante país de trânsito para migrantes na região, atualmente abrigando cerca de 24.000 refugiados, principalmente do Iêmen e da Somália.

A pobreza e a vulnerabilidade infantil são notáveis. Em 2014, a Secretaria de Estado para Solidariedade Nacional (SSNS) conduziu uma análise de pobreza multidimensional (*Multiple Overlapping Deprivation Analysis — MODA*), em cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para medir a pobreza infantil. O estudo mostrou que uma a quatro crianças é desassistida em pelo menos quatro dimensões (extremamente pobre). Em áreas rurais, quase todas as crianças são carentes em pelo menos duas dimensões, mais comumente relacionadas à água, saneamento, moradia ou saúde.

Poucas chuvas e suscetibilidade à seca prejudicam a produção agrícola, que contabilizou só 3,9 por cento do PIB do país em 2007. Aproximadamente 90 por cento dos alimentos são importados, o que torna o Djibouti altamente vulnerável às volatilidades dos preços internacionais de alimentos. O Programa Mundial de Alimentos (PMA) estima que 60 por cento da população viva em situação de insegurança alimentar e que 33 por cento sofra de desnutrição crônica. A desnutrição infantil no país está entre as maiores no Oriente Médio e Norte da África: uma a cada três crianças tem deficiências de crescimento, e quase 18 por cento são afetadas por desnutrição aguda. A mortalidade materna também continua alta, com 229 mortes por 100.000 nascidos vivos, em comparação à média regional de 110. Geralmente, o atendimento à saúde é fornecido de forma gratuita, mas os serviços são frequentemente escassos, especialmente em áreas rurais. A falta de outros serviços básicos como água e saneamento exacerba as dificuldades dos que vivem na pobreza.

Em 2014, o governo lançou a Visão 2035 (*Djibouti 2035 Vision*), que incluía o objetivo de reduzir as taxas de extrema pobreza em um terço até 2035. Para alcançar o proposto, a estratégia de proteção social do Djibouti para 2012-2017 tem foco na expansão de redes de segurança social. A estratégia previu a introdução de um cadastro social unificado para melhorar a focalização de políticas e determinar o tipo correto de assistência para as famílias mais pobres e mais vulneráveis. A SSNS é responsável por coordenar todos os programas de proteção social no país, enquanto a Agência de Desenvolvimento Social (*Agence Djiboutienne de Développement Social — ADDS*), sob a supervisão da SSNS, implementa os programas, em especial o *Social Safety Net Project*.

Apesar de esforços crescentes, a cobertura da proteção social continua limitada. Em 2012, apenas 11 por cento da população total era coberta por alguma assistência social. A cobertura alcançou apenas 31 por cento das pessoas do quintil mais pobre e 10 por cento do segundo quintil mais pobre. Como em muitos outros países da região, o investimento do governo em subsídios a combustíveis e alimentos é significativamente maior que em outros tipos de assistência social. Um estudo conduzido pelo Banco Mundial mostrou que a população urbana e os segmentos mais ricos da sociedade beneficiam-se desproporcionalmente de subsídios governamentais.



Em anos recentes, foram introduzidos dois programas importantes para a área de proteção social não contributiva. O primeiro, lançado em 2013, foi o *Social Safety Net Project* e teve apoio do Banco Mundial. Trata-se de um programa de trabalhos públicos combinado a um programa de nutrição para famílias com mulheres grávidas e mães de crianças menores de 5 anos. O programa inclui serviços comunitários e trabalhos leves, com foco em higiene e acesso à água. O benefício é condicionado ao comparecimento a sessões de instrução nutricional. A mãe pode decidir se ela ou alguém da família irá assumir o trabalho. Até 2016, mais de 4.500 famílias beneficiaram-se com o programa, e mais de 10.000 beneficiários tinham frequentado as sessões de nutrição.

O segundo, o *Programme National de Solidarité Famille*, é um programa de transferência de renda não condicionada introduzido em 2015 e voltado para os membros mais vulneráveis da sociedade, como famílias de pessoas com deficiência, idosos, crianças menores de 5 anos e órfãos. Para esse programa, a seleção de famílias é realizada pela própria comunidade (em áreas rurais) e por uma medida por variável indireta das condições de vida (*proxy means test*) em áreas urbanas. As famílias beneficiárias recebem FDJ 30.000 por trimestre.

Outros programas de proteção social incluem o Programa Nacional de Alimentação Escolar, implementado pelo PMA em parceria com o Ministério da Educação, e que beneficiou quase 37.000 pessoas em 2016. Além de fornecer refeições diárias, o programa também oferece refeições extras para as famílias de meninas, para incentivar a seus pais a mantê-las na escola. Finalmente, por meio do *Programme d'Assistance Sociale de Santé*, o governo fornece benefícios de assistência médica para pessoas não atendidas pelos serviços de saúde oferecidos aos beneficiários da segurança social (contributivo).

Por fim, tendo em vista as altas taxas de pobreza infantil e pobreza geral no país, há uma grande necessidade de se aumentar os programas de proteção social existentes para que mais famílias e crianças vulneráveis sejam beneficiadas.

Nota:

1. Este *One Pager* foi retirado de um estudo detalhado, resultante de uma parceria entre o IPC-IG e a UNICEF MENARO. Todos os dados mencionados estão completamente referenciados no relatório completo: MACHADO, A. C., BILO, R., OSORIO, R. e SOARES, F. *Overview of Non-contributory Social Protection Programmes in the Middle East and North Africa (MENA) Region through a Child and Equity Lens*. Brasília e Amã: International Policy Centre for Inclusive Growth e UNICEF Regional Office for the Middle East and North Africa, 2018 <<https://goo.gl/QfmKwK>>.